ABATALLHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
ANO V—Número 11.592
Terça-feira, 5 de Fevereiro de 1924
PREÇO—20 CENTAVOS

Os serviços dos Correios e Telégrafos estão decorrendo irregularmente e com grande atraso. Os telégrafo-postais e o público continuam sofrendo as consequências da intran-sigência do governo.

LUIS DE CAMÕES

Hoje, 5 de Fevereiro de 1924, faz quatro séculos que—segundo as contas que o parlamento doitou há tempos—nasceu Luis de Camões.

Razões patrióticas, mais do que razões poéticas ou artísticas, levaram o mesmo parlamento a considerar o dia de hoje feriado nacional para que o povo se recorde que existiu um homem que foi grande pelo seu génio. Num país onde houvesse juízo e à educação popular fosse prestada alguma atenção encontrar-se-ia decerto maneira muito mais prática e inteligente de homenagear esse grande poeta que morreu votado à mais horrível das misérias.

Se por todo o país se abrissem escolas que extinguíssem, em pouco tempo, o analfabetismo vergonhoso que campeia de Norte a Sul, far-se-ia um trabalho muito mais valioso de aproximação do povo da poesia genial de Luis de Camões, do que votando-se feriados e organizando-se homenagens das quais nada de prático ficaria.

Se depois de extinto o analfabetismo se organizasse um ensino primário que desse ao indivíduo uma noção, embora ligeira, do valor da poesia, da arte, da literatura no valor mental dos povos, então melhor saberia o povo português apreciar Camões, e todas as belezas da literatura clássica e moderna que repousa nas bibliotecas.

Só elevando o nível da cultura do povo é possível levá-lo a compreensão dos Lusíadas de que tanta gente fala por ouvir elogiar.

O professor sr. Gustavo Cordeiro Ramos dizia ontem no *Diário de Notícias*, que em Portugal há muitos indivíduos diplomados pelas escolas superiores e até nas altas esferas governativas que não se deram, ainda, ao trabalho de ler os Lusíadas. Entretanto, alguns desses indivíduos fizeram parte, estamos convencidos, do número daqueles que votaram para hoje o feriado nacional. São esses ignorantes que predominam hoje como predominaram no tempo de Camões, que deixariam morrer de fome na miséria Camões se ele fosse do nosso tempo.

Se nós vissemos que na época que decorre havia da parte do Estado carinho para quem produz não só intelectualmente como manualmente, acreditaríamos de bom grado na sinceridade das homenagens oficiais. Mas não, o Estado só se lembra dos génios depois deles terem morrido de fome. Então gasta dinheiro com eles em monumentos, em cortejos, em festas de arromba.

Chega a ser caricata esta homenagem oficial feita a um homem de génio que teve, entretanto, um grande erro na sua vida, chamando a esta coisa triste e vergonhosa que se chama Portugal—«ditosa Pátria minha amada».

«Pátria amada» que não ensinou a ler os seus filhos; «ditosa Pátria» onde os exploradores imperam e a miséria arrasta para a morte milhares de criaturas inocentes.

Se nosso tempo florescesse um génio poético tão alto como de Camões, impossibilitado de cantar glórias que há perto de cinco séculos morreram, teria de escrever um grande poema satírico, impregnado dum humorismo cáustico, impiedoso, que eternizasse numa caricatura genial, eterna, a «ditosa Pátria» dos merceeiros barrigudos, dos novos ricos, dos deputados, dos banqueiros e dos moçoiros.

AS ESCOLAS PRIMÁRIAS SUPERIORES

À sua supressão constitui um atentado contra os direitos do povo

A par de novos ensinamentos, dia a dia nós vamos adquirindo um mais fundo conhecimento dos homens e consequentemente da sua coerência ante ideias apregoadas e afirmações feitas.

Com o decorrer dos tempos, cada vez se arranja mais em nós o absoluto duma convicção que nos vem dominando, e é de que a ideia, como o sistema republicano estão na agonia, acentuando-se a sua falência sob o peso de poder abandonar nas culminâncias do poder homens que procedem como o actual ministro da Instrução.

Quando homens como este tomam o leme da governação pública e põem o batel do Estado a remar contra a maré, não podem merecer a confiança do povo. Quando se chega a tal estado de coisas ou os homens caem e com eles a sua obra, ou o batel ameaça ir a pique.

Nós que somos um humilde filho do povo, desse povo que trabalha e produz, não deixaremos passar sem o nosso veemente protesto, o abuso, o desrespeito que nos há revelado pelo povo, o ministro da Instrução, com a publicação do decreto que extinguiu as Escolas Primárias Superiores. O seu gesto não poderá efectivizar-se, porque isso seria atentar contra os direitos do povo e contra a essência do próprio sistema republicano que no seu programa de acção nos apresentava o princípio do mais lato desenvolvimento da instrução popular.

Nós, que não temos o mais pequeno interesse ligado à E. P. S. podemos levantar bem alto o nosso brado de protesto motivado tão somente pelo facto de não podermos admitir que, em plena vigência das instituições republicanas, se prive o povo do direito de se instruir um pouco mais profundamente.

A quando da criação destas escolas, decidindo os ministros da Instrução, recordando a sua missão, não foi seleccionada a sua finalidade. Mantemos ainda essa discordância. E, que os governos de então, salvo muito excepções, fizeram prevalecer sobre a preferência da competência a preferência do poder.

As vagas de professores das E. P. S. que se usou, e tem usado tal critério. Se nos disserem ainda que tanto o pessoal maior como o menor é demais dentro destas escolas, também concordamos. Mas com o que nós não podemos concordar apesar de tudo isso, é com a extinção das escolas, como não concordamos que se exijam agora provas de competência aos seus professores.

A adoptar-se tal medida para estes, não teria de ser adotada, por igual causa, para quasi todos os ramos da activi-

dade nacional, onde, estamos certos, existem ainda milhares de maiores. Não! As Escolas Primárias Superiores, as únicas escolas onde os filhos do pobre povo que moureja todo o dia e vive do seu suor podem procurar um mais amplo desenvolvimento intelectual não devem, nem podem acabar, porque isso seria a negação, a destruição dum direito que a todos assiste, o de se instruírem, quer os indivíduos sejam pobres quer sejam ricos.

Lemos algures, que parecia que o sr. ministro da Instrução era monárquico. Não acreditamos, apesar da sua obra se recomendar pouco, e apesar de se nos revelar um espírito conservador, e nos patenecer ainda com o seu decreto de extinção das Escolas Primárias Superiores um soberano desprezo pelos direitos do povo e pouca atenção pela Instrução Popular.

Singulares contrastes nos oferecem por vezes as obras dos homens. Nesta hora em que se fala em desarmamento, em que a guerra vai sendo para os povos uma sombra sinistra de que todos fogem; em que inclusivamente os estados constituiriam a Sociedade das Nações para evitar tanto quanto possível as guerras.

O sr. ministro da guerra apresenta projectos tendentes a arranjar receitas para material de guerra, sementeira da morte, de luto, de desgraça, e de ruínas.

Do outro lado um ministro da Instrução Pública que extingue as Escolas Primárias Superiores, cuja missão altíssima consiste em fazer luz na alma do povo, contribuindo, dentro das leis industriais do determinismo social, para o progresso, para o aperfeiçoamento moral e social dos povos. A finalidade destas duas obras é a mesma... O que é preciso e forçoso, é que as Escolas Primárias Superiores continuem subsistindo, para que os filhos do povo não sejam feridos na sublimidade dum princípio sagrado que lhe assiste, o de se instruírem.

Carvalho DUARTE.

Os delegados de Espanha em Sevilha

O conselho de delegados da U. S. O. de Évora, ultimamente reunido, protestou com veemência contra a injustificada e prolongada detenção em Sevilha de Silva Campos e Manuel J. de Sousa, resolvendo enviar ao ministro de Espanha em Portugal para que transmita ao seu governo as resoluções deste organismo que exige a imediata libertação dos dois delegados operários.

UM MANIFESTO Os ferroviários do Sul e Sueste

Expõe ao público a sua situação miserável e revela a probabilidade das redes do Estado irem parar a uma empresa particular

Há mais de 7 meses que os ferroviários do Estado apresentaram à respectiva administração reclamações de carácter moral e material que até hoje ainda não tiveram andamento algum, verificando-se entretanto supressões violentas de direitos e de concessões de há muitos anos conquistadas.

Sobre a actual situação dos caminhos de ferro do Estado e do respectivo pessoal, publicamos a comissão executiva do Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste um extenso manifesto, do qual transcrevemos os seguintes períodos:

«Em relação à administração dos Caminhos de Ferro do Estado — o pessoal está na frente dum verdadeiro furacão demolidor, que ameaça reduzir a escombros o que de aproveitável ainda resta pezando-lhe sobre o dorso a tremenda acusação de ser o responsável pela decadência dos mesmos Caminhos de Ferro, por ser um pessoal indisciplinado, mandrião e falto de competência, qualitativos que constantemente lhe são aplicados, nos jornais onde certos engenheiros de saeristia, escrevem, ou nas palestras e conferências entre outra classe de técnicos de via reduzida, que não aceitam como bom que o pessoal do Sul e Sueste seja com a energia de que tem tido provas.

Conquanto sobre os ferroviários se tem tido infames acusações, a administração é exercida por uma verdadeira praga de engenheiros mal acabados de fazer nas escolas superiores técnicas, e que vencendo os ordenados que são atribuídos aos engenheiros completos, vieram para o Sul e Sueste fazer o tirocinio, praticando nos serviços que suportam a sua falta de preparação e a insuficiência da sua prática.

Há meses que muitos desses engenheiros se ocupam somente em fazer inquéritos, exercendo por essa forma uma função meramente burocrática, incompatível com a função técnica que lhe é atribuída, mas que não exercem. Em paralelo, os quadros do pessoal que conhece técnica e profissionalmente os Caminhos de Ferro, foram reduzidos e daí resultou que existe uma verdadeira confusão nos serviços, que lutam com uma absoluta carência de empregados de via e de material. Sobre o material fixo e circulante, as providências tardam e a ameaça duma paralisação forçada pela sua insuficiência, persiste.

O erro fundamental dos Caminhos

de Ferro do Estado se bastarem a si próprios financeiramente, antes de lhes serem concedidos os meios suficientes para estabelecerem o seu equilíbrio administrativo e técnico, continua e dele resulta a ameaça duma alienação dos mesmos Caminhos de Ferro a uma empresa particular. Essa ameaça breve se tornará em realidade, merço do parecer da Comissão de técnicos ultimamente nomeada pelo actual ministro do Comércio e que se encontra estudando as possibilidades da entrega dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste à Companhia Portuguesa. Essa comissão tem à sua frente, com gravíssimo prejuízo moral do regime republicano, o conhecido engenheiro Fernando de Sousa, inimigo fidalga da classe ferroviária do Sul e Sueste e do próprio regime republicano, que no seu jornal, *A Época*, é desancado escandalosamente.

«Com o material, irá o pessoal. Tudo será vendido como objectos à Companhia Portuguesa, que como um autêntico Estado, receberá por essa forma o espólio de outro Estado.

Sobre a questão da sua organização sindical, único poder capaz de fazer reuçar os mais atrevidos assaltantes dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, os ferroviários tem na sua frente o Sindicato, como organismo coordenador das forças sindicais da classe, que exerce a única e verdadeira acção de defesa do pessoal e que mereceu dessa acção, o único poder que neste momento enfrenta a situação com rigoroso conhecimento de causa.

O manifesto, depois de se referir à acção desmoralizadora de um grupo de indivíduos predispostos a cometer todas as traições e à parte da classe que é comodista, acrescenta:

«Como contraposição a toda uma situação de ambições e conveniências, existe devidamente organizado, um bloco único e indivisível, cuja acção revolucionária, pronta a actuar em todos os momentos, constitui o estivo do próprio Sindicato e a única garantia de defesa que a classe sempre tem tido. No entanto, a conveniência de se intensificar a organização sindical da classe, robustecendo-a com novos elementos que aumentem o seu poder defensivo e ofensivo, apresenta-se nitidamente, competindo a todos os ferroviários do Sul

Sueste, que não sejam inspirados por qualquer princípio de ambição pessoal ou que tenham pela subserviência, pelo dolo ou pela traição, a repugnância que todo o homem de honra deve ter, fortalecer as fileiras sindicais, para que a acção do Sindicato na defesa da Classe, seja mais completa e eficaz.

Posta a questão como acima, que atitude deve tomar a classe?

Evidentemente que não pode ser outra senão uma atitude enérgica e de resistência contra a situação. São os próprios factos que o apontam. São as circunstâncias que o exigem. Recuar, estacionar que seja, é alimentador os que pretendem assaltar os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, os que nos pretendem vender.

Na miséria, quasi sem direitos, perseguidos, vexados, insultados, com o futuro ameaçado, sem as reclamações atendidas, vilipendiados com 37 camaradas seus afastados vingativamente do serviço e na ameaça de serem traficados pelo Estado, como simples mercadoria, a uma Companhia reacçãoária e despolítica, os ferroviários do Sul e Sueste não podem manter a mais leve indiferença, sob pena de sobardemente se deixarem esmagar, ficando reduzidos a um bando de desgraçados sem vontade e sem acção, à mercê de todos os traficantes da política, da finança e do comércio.

E termina:

«A pé, em que tendes de acionador se vos queis defender.

«Vão as realizações as assembleias. Que as suas resoluções ecom por esse país, como o grito duma classe que o descabelo administrativo daignos políticos que se esmagam, em benefício dos seus interesses pessoais.

«Que todos os ferroviários gritem bem alto que o descabelo a que se chegou, é o resultado das inconfessáveis ambições que se entrecroçam na administração e que com a sua energia, com a sua dedicação e com a sua competência — a única que é uma realidade — os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, podem equilibrar e manter por si próprios.

«O Sindicato vai convocar as assembleias da Classe; que o pessoal marque a sua atitude e a sua orientação nessas assembleias, se que de vez enfrentar a situação de miséria, de opressão e de vilipêndio, que lhe criaram.»

TUDO A ARDER! Um sonho verosímil

Vê-se mais, às vezes, com os olhos fechados a dormir do que com eles abertos e acordado

Interesse nacional, tive ocasião de lhe fazer diversas profecias, que vieram a realizar-se. No final dessa entrevista o dr. António Granjo, acompanhando-me e abriando a porta do seu gabinete que se fechara, por dentro, disse-me textualmente o seguinte:

«E de ponderar tudo quanto acaba de me dizer, meu senhor é pessimista. Não há de ser tanto assim.»

Pois mesmo assim é que foi; mesmo assim é que há de ser, a menos que se produza um milagre em cuja realização cada vez é mais duvidoso creio menos.

Com o meu sobredito pessimismo vou agora contar um sonho que tive, não há muito.

Encostado a mesa, em minha casa, arrelivado a mais não poder ser, cotovelos fincados sobre um jornal aberto à minha frente — *O Sênio*, por sinal — recolhia toda a família, intercompi a leitura, e fixei a chama duma vela que ardia, na minha frente, colada com dois pinzinhos a uma caixa de fósforos, vazias.

A luz artificial e o mar exercem sobre mim e não raro, quando tais coisas fixo, uma acção supérflua, com o seu quê de hipnótico.

Fixando a chama da vela adormeci e sonhei que caminhava a meio duma das avenidas novas, a deshoras.

Repentinamente dum lado e outro da avenida e do pavimento externo, ao longo de casas vi levantar-se um grande chama avermelhada que corria, arrendia abaixo, como um fogo fatuo, lambendo a fachada dos prédios.

Simultaneamente a madeira das janelas incendiava-se.

Ouviam-se gritos aflitivos. Corria gente de todos os lados. Chegavam bombas e bombeiros mas — desapercebido havia água nas bocas de incêndio, dizendo-se que também faltava nos reservatórios da cidade.

Um pavor indizível!

Lisboa ardia, em todas as direcções e por entre o crepitir das chamas ouviam-se o ruído assombroso dos derrochados colossais.

— Tudo a arder! Tudo a arder, gritavam de todos os lados. Tudo a desabar, a abater!

Agitavam outros:

— O incêndio alastrou. Vieram rádios grammas. Portugal está todo a arder, a esta hora. E não há água em parte alguma, nem providências.

WOODROW WILSON

O governante que mais sinceramente defendeu a paz sem indemnizações nem anexações faleceu anteontem

Estes últimos tempos têm sido fatais para homens que, pela sua acção intelectual e política, alcançaram lugar de destaque e celestidade. Não há muitos dias que se registou a perda de Lênine, cuja acção revolucionária e política ficará bem vivida na História da nossa época; dias depois numa casa modesta da travessa de Santa Gertrudes expiram Teófilo Braga, o homem mais erudito que em Portugal exerceu actividade nos últimos cinquenta anos e ainda não se extinguiu da memória a morte destes todos os homens, ambos grandes, cada um no seu campo, já outra grande figura acaba de ser arrebatada pela morte impiedosa. Woodrow Wilson foi o político que, na barafunda dos interesses mesquinhos, despertados pela grande guerra, soube manter uma notável linha de independência e colocar os seus ideais de democracia acima das baixas combinações diplomáticas que conduziram a Europa à beira da ruína.

Nasceu em Stanton, no Estado de Virgínia em 28 de Dezembro de 1856. Formou-se em Direito na Universidade de Virgínia, em 1875. Foi professor das Universidades de Middeltown e de Princeton, tornando-se mais tarde reitor desta última.

É autor de várias obras, entre elas a *História do povo americano*, *George Washington*, *Diccionario* e *reunido*, etc.

Em 1905, ingressou no partido

OS TELÉGRAFO-POSTAIS TRABALHAM DE MÁ VONTADE

O governo é o único culpado da irregularidade dos serviços

Há quasi um ano que os telégrafo-postais vem insistindo junto dos governos para que sejam integralmente atendidas as reclamações cuja justiça de modo algum, sem recorrer à mentira ou à calúnia, lhes podem ser contestadas. Vários governos se tem sucedido no Terreiro do Paço, algumas promessas tem sido feitas e até hoje ainda não foi reconhecida de direito e de facto a justiça que aos telégrafo-postais assiste.

Este último governo em vez de atender as reclamações dessa classe tem recorrido a vários expedientes para alargar o tempo e adiar a questão. Estes processos são usados, em via de regra, pelos governos. Como sabem, pelo conhecimento exacto das intrigas políticas donde derivam, os governos sabem que a sua vida ministerial é transitória, de demasiada duração. De modo quando lhes surgem reclamações revestidas dum carácter de insuportável justiça, não as atendem, não as repelem. Adiam-nas. Usam para isto de todos os expedientes. Todos, absolutamente todos os expedientes lhes servem desde que sejam próprios à execução da sua tática favorável: adiar.

Desde o início das reclamações, que há 9 meses que a vida se tem agravado enormemente. Reclamantes era horrível, nómica dos praver que a sua situação se deve ter agravado extraordinariamente, a ponto de se tornar insustentável. O governo, em vez de ter em mente a conta a situação económica de desesperada em que o pessoal se encontra, tem caprichado em manter uma atitude absolutamente irreductível com essa situação.

O pessoal dos Correios e Telégrafos já esgotou todos os meios suários. Durante quasi um ano que persistiu da sua parte o desejo activo e insofismável de resolver conciliatoriamente um assunto de grande importância. Procurou por todas as formas evitar os prejuízos evidentes que podem advir da paralisação dos Correios e Telégrafos. Procurou todos os meios, incluindo entre estes, os grandes compassos de espera, os sucessivos adiamentos das suas reclamações, sacrificando-se para que tudo fosse harmonicamente resolvido.

Mas, com o estódo dos políticos da nossa terra, não há maneira de se resolver uma questão. São insensíveis a todo o espírito de justiça, a toda a lógica, a todo o bom senso. O resultado da atitude do governo não podia deixar por mais tempo de fazer-se sentir. O descontentamento do pessoal atingiu o máximo e produziu as suas naturais consequências.

Os serviços dos correios e telégrafos anormalizaram-se. Alguns milhares de telegramas se encontram retidos, a distribuição da correspondência está longe de ser regular. As cartas ficam, muitas delas, retidas; outras há que vão parar a stios diferentes daqueles a que se destinam. Esta morosidade e esta irregularidade de serviços traduz bem o estado de espírito da classe.

Ora não pode trabalhar bem quem não possua o espírito sereno, e, como se pode trabalhar regularmente desde que se lute com as mais extremas dificuldades? Como podem os telégrafo-postais manter os serviços com a maior regularidade desde que os esmagam sob tam iníquo desdém e desde que são sistematicamente se recusa atender reclamações que correspondem ao direito à vida e que estão integradas na mais rudimentar e justiça?

Os governos cabem culpas e culpas bem graves na anormalização e na irregularidade em que os serviços estão decorrendo. É ao governo que, sempre, sem demora, evitar que continue anormalizados os serviços. E só tem uma maneira: atender as reclamações dos telégrafo-postais.

REVULSIVOS

As Camões hoje vive esse

Se Camões hoje vive esse

Com que as tripas quecêsse.

José BENEDY

A situação da Alemanha

Os autores da morte de Erzberger

BERLIM, 4. — O governo alemão solicita do governo da Hungria a prisão de dois dos assassinos de Erzberger que se encontram actualmente nesse país.

A atitude de Stresemann

BERLIM, 4. — Na reunião dos populares o sr. Stresemann declarou que a reunião de conferência produzida pelos acontecimentos depois do Tratado de Versalhes. Referir-se também à queda do franco e disse que a Alemanha estaria impossibilitada de pagar as suas prestações se a sua unidade fosse destruída.